



### **JUSTIFICATIVA**

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme Prejulgado 2101, diz que a revisão geral anual aos servidores públicos, direito subjetivo assegurado pelo art. 37, inciso X da Constituição Federal, tem por objetivo a manutenção do poder aquisitivo da remuneração quando corroído pelos efeitos inflacionários, cujo percentual deve seguir um índice oficial de medida da inflação e ser aplicado indistintamente para todos os servidores do quadro de pessoal do mesmo poder, anualmente, na data base estabelecida em lei.

A iniciativa de lei para revisão geral anual é da competência de cada poder, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal. Assim, a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal e do subsídio dos vereadores, neste último caso, se atendidos aos preceitos contidos nos arts. 29, VI e VII, 29-A, caput e § 1º, e 37, XI, da Constituição Federal, poderá ser realizada por meio de lei de iniciativa do Poder Legislativo.

E em havendo possibilidade financeira, o Poder Legislativo Municipal, concederá a revisão anual a todos os seus servidores, bem como aos subsídios dos vereadores, respeitando-se a legislação vigente.